

Covas insiste que Câmara represente contra Sarney

Ainda que a Procuradoria Geral da República rejeite a representação do presidente do PSDB, senador Mário Covas (SP), contra a inconstitucionalidade do decreto que corrigiu monetariamente o Orçamento da União e elevou as despesas públicas — fatos proibidos pela Constituição em vigor — o novo partido poderá representar, na Câmara dos Deputados, contra o presidente José Sarney, para enquadrá-lo pela prática de crime de responsabilidade.

Essa disposição conta com o apoio da maioria dos constituintes integrantes do partido tucano, devido à possibilidade de que a Procuradoria se coloque contra a representação de Covas, por motivos políticos.

Nessa representação, o PSDB pede que o decreto de Sarney seja considerado inconstitucional, e, portanto, nulo. A resistência ao decreto, na Constituinte, é quase geral. Há tempos, manifestaram-se contra o reajustamento orçamentário, por iniciativa do Executivo, até mesmo o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), líder governista do Senado. Também criticou a iniciativa o novo líder do PMDB naquela casa, senador Ronan Tito, integrante da linha partidária que advoga o entendimento com o Palácio do Planalto. Por último, condenou o ato do Governo o presidente do Senado, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), igualmente favorável ao relacionamento com o Governo.

Ontem, a Procuradoria da República informou ter recebido, no último dia 30 de junho, representação idêntica à do PSDB, subscrita pelo líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ) e mais uma dezena de constituintes, de vários partidos, entre os quais figuram os senadores Juthai Magalhães (PMDB-BA), José Agripino (PFL-RN) e Itamar Franco, de Minas, sem partido.

Com o ingresso da representação de Covas, a secretaria de Procuradoria anexou a proposta anterior a um único processo, que recebeu o número 1617, de 1988. Em princípio, por envolver documento subscrito por diversos constituintes, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, poderá emitir, ele mesmo, parecer sobre o pedido.

Estratégia

Para o presidente do PSDB, em face do elevado número de constituintes que condena a invasão das prerrogativas do Poder Legislativo, pelo Executivo, é quase certo que o decreto governamental será rejeitado pelo Congresso, ao ser ali apreciado. No momento, existem 80 decretos aguardando leitura e

Orçamento

Arquivo 20.6.88



Covas tenta apertar o cerco

tramitação. Se o decreto sobre orçamento não for apreciado, até a aprovação da nova Carta, ele será considerado nulo, para todos os efeitos. Até que isso aconteça, portanto, o Governo, poderá continuar atualizando, monetariamente o Orçamento, e parlamentares da Comissão de Orçamento da Câmara estimam que isso talvez implique majoração de despesas da ordem de 30 trilhões de cruzados.

Se o decreto não for retirado nem votado ou rejeitado, uma das hipóteses em debate no PSDB é a de enquadramento de Sarney, pela violação da lei orçamentária e desrespeito a dispositivo expresso da Constituição em vigor.

"Inconstitucionalidades, nesse País (o Brasil) — disse, ontem, num programa de televisão o consultor-geral da República, Saulo Ramos — não dá em nada".

Saulo referia-se à denúncia por ele feita, há tempos, de que a CPI do Senado, sobre corrupção, era inconstitucional por não ter objetivos definidos.

A possibilidade de enquadramento de Sarney, mediante representação que solicite à Câmara seu "impeachment", teria efeito simplesmente político, visto que o Governo, neste caso — onde a resistência ao decreto orçamentário é grande — tem ali maioria para impedir sua condenação. De qualquer forma, a iniciativa, segundo os dirigentes do PSDB, seria uma das bandeiras oposicionistas do novo partido.

A propósito do crime de responsabilidade, o atual ministro Paulo Brossard, da Justiça, é autor de estudo sobre a prática do "impeachment" no Brasil. Lembra ele, nesse trabalho, que o instituto do impedimento presidencial é totalmente inadequado e "não assegura, de maneira efetiva, a responsabilidade do presidente da República".